

REFLEXÕES ACERCA DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA REFORMA EDUCACIONAL DE FERNANDO DE AZEVEDO NO DISTRITO FEDERAL DE 1927 A 1930

Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho Ignácio¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar e analisar por meio da historiografia a instituição familiar no contexto da Reforma Educacional no Distrito Federal concebida por Fernando de Azevedo no período de 1927 a 1930, tendo como prefeito Antônio Prado Júnior e como presidente Washington Luís. Com este intuito, interessa-nos entender a atuação da família na reforma de ensino e as atribuições que esta Reforma de ensino, conhecida como escolanovista atribuiu a ela, buscando assim compreender o papel da família e o papel da escola na Reforma como alvos diretos para a modernização e civilização da sociedade carioca, tendo por meio um ideal nacionalista e renovador.

Palavras-chave: família. reforma de instrução pública. Fernando de Azevedo.

ABSTRAT

This study aims to investigate and analyze through historiography the family institution in the context of educational reform in the Federal District of Brazil designed by Fernando de Azevedo from 1927 to 1930; the Mayor then was Antonio Prado Júnior and the President, Washington Luís. Bearing this in mind, we were interested in understanding the role of the family in that teaching reform and the tasks that such teaching reform, known as New School, attached to it, thus trying to understand the role of the family and the role of the school in the Reform as direct targets for modernization and civilization of Rio de Janeiro's society, by means of a nationalist and refreshing ideal.

Key words: family. reform of public instruction. Fernando de Azevedo.

Considerações Iniciais

Este trabalho é fruto de uma reflexão inerente à ideologia da função da instituição familiar como educadora e as manipulações e ações atribuídas a ela na tentativa de forjar a identidade dos educandos, logo de uma nação.

O período escolhido para nossa análise foi de 1927 a 1930, tendo como foco a Reforma Educacional implantada por Fernando de Azevedo no período em que ele foi diretor da Instrução Pública no Distrito Federal. Este interesse de interligar a Reforma Educacional à família e o processo de modernização fizeram-se tanto na tentativa de analisar que funções

¹ Mestranda em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicopedagoga pelo Instituto Superior Anísio Teixeira (ISAT) e especialista em Educação Básica – Gestão Escolar (FFP/UERJ). Supervisora Educacional da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (Faetec). Pesquisadora do Centro de Memória Henrique Lage e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (Niphei/UERJ). Contato: <samelacristine@yahoo.com.br>.

eram dadas à família pelo Estado e pela escola, quanto na recuperação de fragmentos históricos que nos apresentam as reformulações de paradigmas sobre os papéis de cada componente familiar e da família perante a sociedade.

Para uma melhor compreensão dos diferentes aspectos que perpassam a nossa investigação e que são fatos essenciais na construção da história da educação de nosso país, procuraremos compreender de uma forma geral a família, perpassando pela sua história, seus padrões culturais e sociais em que ela era calcada e os papéis atribuídos a cada um dos seus membros com relação ao Estado e à sociedade. Mediante isso, investigaremos o empenho de Fernando de Azevedo ao instituir no Distrito Federal a Reforma Educacional, tendo como base a transformação da sociedade carioca, pois, segundo ele, ela só iria atingir ares modernos e civilizados se pudesse reformular/reestruturar os métodos e espaços educacionais, tornando-os uma sociedade em miniatura.

Com o intento de socializar a escola, tornando-a uma instituição social, real e viva, Fernando de Azevedo se empenha em organizar a escola sob uma forma de vida. Por isso a reforma tem como base três pilares que se farão de fundamental importância para o entendimento de nossa pesquisa, que são: a escola do trabalho, a escola da comunidade e a escola única, sendo conhecida em sua prática como Escola Nova, segundo Filho (2002). Mediante este novo modelo educacional, a escola deveria integrar-se na vida social e prestar serviços à sociedade, adaptando seus educandos nos novos conhecimentos científicos de higiene, condutas morais, éticas, culturais e sociais, etc.

Para haver um progresso carioca, tornando-o “saudável, disciplinado, produtivo e educado” (CAMARA, 2004, p.128), seria necessário não apenas transformar sua estética, com as reformas de ruas, avenidas, monumentos históricos, museus, teatros, enfim a parte arquitetônica e física da cidade, e todavia intervir no sujeito da cidade, atribuindo-lhe novos caminhos e fins para a construção de sua identidade de forma civilizada, moderna e educada. Daí o projeto de reconstrução da sociedade carioca estar pautado pelo sistema educacional por meio de uma reorientação das finalidades educativas, pois a escola terá o papel de formar e direcionar os futuros cidadãos a adentrarem e se portarem em uma cidade dita moderna, apresentando-lhes por meio da observação e prática o sentido da responsabilidade social, de forma dinâmica, criadora e disciplinadora.

Durante os anos em que dirigiu a Diretoria Geral de Instrução Pública, Fernando de Azevedo esteve empenhado em realizar, na administração do Prefeito Antonio Prado Júnior, a reforma do Distrito Federal, procurando desenvolver iniciativas no sentido de transformar o aparelho escolar existente em um sistema de educação moderna. A reforma empreendida no

Distrito Federal deveria servir como centro irradiador do movimento pedagógico escolanovista para todo o Brasil (CAMARA, 1997, p. 18).

A família carioca de 1920 a 1930: Tessitura de um paradigma

(...) a família é uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições.

Samara, 1993.

A família com o passar do tempo se autoconstruiu, se desenvolveu e se transformou. Na visão de subjetividade, segundo Gilberto Velho (1987), ela é mostrada de forma privilegiada, visto que cada uma é diferente da outra, cada uma possui sua própria realidade, sua própria identidade que se configura como uma instituição familiar. Podemos dizer que cada família tem como base a subjetividade, pois ela representa algo individual, pessoal; sendo assim, cada família tem sua personalidade. Com essas diversas personalidades, maneiras de ser, pensar e agir, é que se configura, em parte, a organização da sociedade.

(...) a noção de família é uma instituição com um grau de estabilidade muito maior do que muitas vezes se supõe, ou seja, a família por definição, é uma instituição que organiza a sociedade. Nela há uma certa estabilidade; a família e sua inserção no universo de parentesco não mudam tanto e tão velozmente (VELHO, 1987, p. 85).

Com a “desmistificação” da família brasileira ser sinônima de patriarcal ou extensa de acordo com Samara (1993), temos que sinalizar também a desconstrução do papel da mulher totalmente submissa ao seu marido e ao lar e, por outro lado, do papel dos homens como sendo dominadores, autoritários e únicos provedores. Segundo a autora as mulheres que estavam iniciando no mercado de trabalho eram as que mais pediam o divórcio, principalmente quando o casamento era arranjado devido ao status social. Entretanto, este papel feminino era limitado tanto pela sociedade quanto pela Igreja, devido às regras morais, éticas e religiosas grandemente presentes no século XIX. Muitas pessoas escolhiam a não formar nos parâmetros da lei, de acordo com o Código Civil de 1916, uma família, resistindo ao casamento. Essas escolhas eram feitas/tomadas por diversos fatores tais como desigualdade social e racial, custos financeiros para tal celebração, etc. Outro fato marcante, presente neste período, são os homens casados que relatavam em seus testamentos os nomes e os bens que deixavam aos seus filhos ilegítimos, ocorrendo isto na maioria dos testamentos, de acordo com Samara (1993) e Corrêa (1982), levando ao alto índice de crianças nos asilos.

A “nova” concepção de família emergiu mediante o crescimento da sociedade, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que estava em mudança com o impacto desintegrador do urbanismo; com isso, esta família está sendo moldada e caracterizada com as novas políticas e ideologias nacionalistas, ao mesmo tempo em que ela ajuda a formar a

sociedade. “É através da organização familiar que entendemos a natureza da sociedade e seus problemas” (SAMARA, 1993, p. 85).

A acelerada urbanização e a busca pela modernização no período da República acarretaram ligeiras transformações no estilo de vida da sociedade carioca. Os comportamentos tradicionais que havia até então foram se modificando, abrindo um novo cenário para os novos valores familiares, as formas mais modernas de convívios sociais e de papéis entre os membros da família e também da sociedade foram implantados. De acordo com Araújo, o regime político, a República, “concentrou atenções na família e na cidade” (1993, p. 389).

A família passou a ser vista pelo Estado como uma instituição importante e com grande valor para ele, pois ela é a garantia de moralidade natural, visto que era qualificada como “casa é o fundamento da moral e da ordem social”, segundo Perrot, sendo identificada por esta perspectiva pelo Estado. Com isto, o Estado percebeu que através dessa instituição familiar alcançaria o bem público e a “felicidade individual” de cada cidadão por meio de estratégias intervencionistas, fazendo parte de um modelo político de democracia. Vemos que o Estado tem a família como seu princípio, pois o que ocorre no âmbito privado deixará sua marca no âmbito público (2009, passim).

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. (...) como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. (...). É a criadora da cidadania e da civilidade. A “boa família” é o fundamento do Estado e, principalmente para os republicanos, (...) existe uma continuidade entre o amor à família e à pátria, instâncias maternas que se confundem, e o sentimento de humanidade. Daí o interesse crescente do Estado pela família: em primeiro lugar pelos pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras (PERROT, 2009, p. 91).

A atenção para uma família reurbanizada estava incluída na estratégia de nacionalização. Tornar os membros de uma família civilizados, educados e higiênicos era um ideal que o Estado iria se empenhar para obter com isso a tão sonhada e esperada urbanização e desenvolvimento do país. Para tal, o Estado, com a vontade de alcançar este tão sonhado progresso e se modernizar, implantou formas de orientar a população mediante suas normas para atingir tal objetivo. Com isso, uma das formas encontradas foi adaptar este ideal nas escolas, tendo em vista que a escola permeia as futuras gerações, as crianças, assim como também os seus pais.

Havia uma ausência de organização no país e a população de forma generalizada estava fornecendo credibilidade aos intelectuais para serem os agentes promotores de uma nova “nação-sujeito” (MAGALDI, 2007), sendo ela organizada e moderna. Entretanto, para

haver mudanças precisariam, os responsáveis pela educação neste período, transformar sua forma de educar, e para isso as duas grandes instituições outorgadas como formadoras da sociedade precisariam entrar em ação como aliadas, que são: a família e a escola.

Nesse ambiente intelectual permeado por nacionalismos de matizes diversos era comum a referência à educação como o caminho certo para a superação de nossos graves problemas sociais e políticos e para a construção e organização da Nação. A educação era ainda apontada como via por excelência de acesso da sociedade brasileira à modernidade. De acordo com as palavras de Marta Chagas de Carvalho: "Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação... o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação" (MAGALDI, 2007, p. 62).

Para haver as transformações que se estava aspirando seria fundamental implantar estratégias que fizessem parte do cotidiano da cidade, e para tal era necessário, conforme acima citado, o auxílio das duas instituições instruídas para formar cidadãos: a família e a escola. Entretanto, para haver o auxílio dessas instituições era recomendável que estas possuíssem instruções científicas para fazer parte desse processo de transformação. Essas instituições, até então, não eram necessariamente adequadas em sua totalidade, conforme as solicitações do Estado, para formar de forma saudável, higiênica, disciplinada e cívica, e para isso foram fornecidos diversos meios para esta "educação", tais como manuais de educação, círculos de pais, campanhas higiênicas, entre outros.

A própria família, juntamente com a escola, exigia uma base de formação para conseguir auxiliar na busca pela modernização. Para o Estado responder a essas demandas familiares, criou as leis assistenciais, dando respaldo para tal formação, pois era então necessário tal implantação. Todavia o Estado tentava moldar ou enquadrar as famílias nos preceitos "modernos", mas mediante sua própria ideologia, de acordo com o que era de bom agrado a ele, e por isso a pergunta: "Que país queremos?". Não obstante a burla que havia de acordo com os costumes das próprias famílias, as leis eram outorgadas, mas modificadas de acordo com as necessidades e costumes de uma determinada família ou região.

A sociedade passava por modificações que a faziam ir de encontro às leis do Estado, pois os costumes se mostravam mais fortes. Ao mesmo tempo em que o homem era o total provedor da família, a mulher inicia seu papel no mundo do trabalho, assim como também na política, e a criança passa a ser não apenas de responsabilidade dos pais, mas também do Estado. Com os avanços sociais, os valores éticos se redefiniram, por necessidades práticas da própria sociedade. O Estado transmitia seus ideais e valores para a sociedade, porém ela readaptava-os de acordo com suas próprias necessidades.

O comportamento da família na rua agilizou a dinâmica urbana marcada pelo cosmopolitismo, onde não faltou a participação familiar em movimentos sociais ligados à vida comunitária. Se por um lado a família não exercitou as práticas clássicas de cidadania, ela foi determinante na configuração da identidade cultural da cidade. Sua inclinação pelo consumo crescente de diversão contribuiu para definir o espírito lúdico do carioca (ARAÚJO, 1993, p. 390).

Com os princípios e funções voltados para a transformação, visando à modernização, a família mostrou-se empenhada em agir como auxiliadora e neste período se apresentou de forma bem dinâmica e integrada à sociedade mediante os diferentes papéis e funções atribuídos a cada componente pertencente a ela. Cabe ao homem ser o chefe de seu lar, à mulher a protetora e às crianças, as futuras gerações. Cabiam também ao Estado intervenções mediante seus ideais de civismo e modernização.

Se a escola é a preparação para a vida, nos seus elementos essenciaes, e se a educação tem por fim o melhoramento da comunidade, do ponto de vista da saúde, do trabalho, das relações sociaes e do recreio, não pode prescindir da collaboration da família, de que se deve approximar, já para influir sobre Ella, já para lhe dar responsabilidade directa na obra da educação. (...). a acção dos paes, no lar, cuja principal funcção é a criação e a educação da creança, precisa secundar a acção do mestre, que terá, para orientarem na sua tarefa, os esclarecimentos que recebe dos paes, e transmitirá a estes, por sua vez, em harmonia com os ideaes da escola, a orientação na educação de seus filhos.²

O desafio da educação: A Reforma e o Reformador

O que se quer, ajustando a escola ao meio social e procurando attrair, o ideal commum, as outras instituições sociaes, não é fazer da escola um reflexo do meio, um aparelho de adaptação, mas um elemento dinamico, creador e disciplinador de actividades e energias, capaz de transmittir um ideal ás novas gerações e, exercendo sobre ellas uma pressão poderosa, contribuir á transformação, em determinado sentido, do meio para qual foi creada.

Fernando de Azevedo, 1930.

As intervenções no âmbito educacional geradas por Fernando de Azevedo nos permitem identificar sua fissura (paixão) por este campo. Ele, conforme nossos estudos apresentam, se preocupava com as ordens éticas e políticas da sociedade, que tinha como ideia central a reforma da educação brasileira como modificadora e transformadora da sociedade. Para ele, reformar a educação era o único meio de modernizar e civilizar o Brasil, pois somente assim haveria reforma moral e mudanças na mentalidade da sociedade. Daí “sua concepção da educação como agenciadora de uma consciência moral, encaminhando o indivíduo ao desenvolvimento de suas potencialidades e sua imersão no mundo social. Assim, a sã educação do cidadão é condição para a saúde do Estado” (PENNA, 1987, p. 3).

Sua centralidade na transformação da sociedade nos dispõe a entender que a educação é a condução moral, ética e humanista da vida do indivíduo. É por meio da educação que

² Azevedo, Fernando. A sociedade da escola. In: **Boletim de Educação Pública**. Distrito Federal: Diretoria Geral de Instrução Pública, ano I, n. 2, abril/junho de 1930, p. 169.

aprendemos a pensar e a questionar, que nos tornamos um ser racional. Em toda trajetória de pensamento de Azevedo encontraremos a persistência da finalidade moral e social da educação, pois sua essência pedagógica, segundo Penna (1987, p. XXI), seria formar na consciência humana uma personalidade moral e um sentido social, dando sentido à luta pela transformação da sociedade brasileira, que para ele era a resolução do problema fundamental da população brasileira.

Entender, analisar e tentar atribuir soluções para a realidade brasileira, identificando a identidade nacional e organizando a cultura, para Fernando de Azevedo somente seria possível através da democratização da educação, que deveria ocorrer da ligação direta da escola pública com o meio social. Os pensamentos de Azevedo foram abrindo caminhos para tal reformulação educacional em âmbito nacional e como “reformador ele tentou transformar suas idéias em ação” (PENNA, 1987, p. XXV). Entretanto, as buscas por seus ideais e convicções se tornaram reais, desejando uma maior mudança na sociedade brasileira, colocando-o como sujeito na luta pelo progresso e organização do país.

Para Azevedo, a civilização e o progresso do homem ocorriam por meio da cultura, que seria desenvolvida e apresentada à sociedade por meio de leis que regulamentariam o funcionamento social, orientando todo o país em uma única direção, à modernização. Ensina-nos que devemos compreender a educação como fenômeno de transmissão da cultura, tendo com isso um ideal político e pedagógico de renovação da tradição cultural de um país periférico. Por isso, a sua luta pela reconstrução nacional foi infundável e incansável. A atribuição da reforma educacional e da organização da cultura ocorreu por meio de uma nova visão de mundo, ocorrendo isso pelas tentativas de mudanças na mentalidade do povo brasileiro.

A Reforma de Instrução Pública no Distrito Federal em 1928

No governo de Antônio Prado Júnior, prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período de 1926 a 1930, Fernando de Azevedo foi convidado, por meio de indicações como a do presidente do país, Washington Luís, a integrar o atual governo. Em 17 de janeiro de 1927, Azevedo tomou posse no cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal.

A ambição de Fernando de Azevedo era dinamizar e implantar um projeto que reconstruísse a nação para atingir a tão sonhada modernização. Para tal, era necessária uma reformulação da educação, pois, segundo Azevedo, era por ela que o país poderia atingir, por meio das novas gerações, este ideal desejado de civilização. Era também por meio desta

educação transformadora que haveria um entrelaçamento da cultura e uma democratização de oportunidades.

O período de 1920 a 1930 é identificado pela busca de um país moderno e uma sociedade civilizada; com isso, foi atribuída à escola, junto com outras instituições – família, judiciário, etc. –, preparar as novas gerações para o progresso e para a civilização, criando assim uma identidade para o povo brasileiro. Este projeto como uma “nova idéia de civilização” ocorreu em três vertentes principais: “saúde, moral e trabalho” (CAMARA, 2004, p. 162), e para implantá-lo os intelectuais modificaram os currículos escolares, implantando disciplinas nas vertentes citadas acima. Tal reforma tinha o intuito de “contribuir na formação cívica e moral, ressaltando sua importância para a coletividade social” (2004, passim), sendo conhecida como o Movimento da Escola Nova.

Os saberes que foram introduzidos a esta nova finalidade educativa da escola denotaram a preocupação de associar o homem aos princípios da natureza, do trabalho e da sociedade como formas fundamentais para a formação completa desse futuro cidadão a ser incorporado à sociedade que se pretendia moderna e civilizada. A perspectiva de infância desejada, a se construir a partir do programa, demonstrava a ênfase atribuída à consolidação de princípios higiênicos a serem ensinados e interiorizados pelas crianças das escolas públicas, intervindo no corpo, na casa, na família e nos seus hábitos a fim de contribuir para a formação de mentes sãs e corpos sãos (CAMARA, 2004, p. 169-170).

A educação é vista como agente de mudança social, e para tal é uma força renovadora que recupera ao atingir seu êxito a transformação da sociedade. Tal reformador apresenta ao Distrito Federal reformas profundas e radicais que englobaram as mudanças não apenas da educação, entretanto como seu principal alvo, da sociedade. Fernando de Azevedo afirmava que deveria haver uma reforma total da organização política carioca, segundo Xavier (2002), e para tal, medidas foram encaminhadas pelo Plano da Reforma, que girava em torno de dois eixos: a articulação das diversas instituições educativas e a concordância entre estas e a realidade social, e os princípios modernos de educação, entre os quais figuram os pressupostos da educação nova.

Voltada para o poder de transformação da educação, Azevedo buscou implantar uma escola integral que se preocupasse com a formação do cidadão, do seu caráter, de sua moral, consciência, saúde, etc. Zelar pela formação do homem atual, para torná-lo civilizado e educado, se mostrava fundamental neste contexto, principalmente quando falamos da produção de indivíduos e suas subjetividades.

Um dos aspectos que marcou de forma decisiva o pensamento dos educadores identificados com o movimento escolanovista era a crença que tinham no poder da educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais do analfabetismo e da doença e implementar as bases do novo: um novo país, um novo homem, uma

nova educação, identificada com o progresso, civilização e a modernidade vislumbrada (CAMARA, 2004b, p. 130).

Outro embate da Reforma que Azevedo teve de enfrentar foi a questão do analfabetismo. A Reforma entrou em vigor no centenário do ensino primário no Brasil e como tal tentou fazer uma retrospectiva histórica das transformações da educação brasileira. Em tal período, grande parte da sociedade brasileira era analfabeta, o que fez da Reforma um incentivo e uma luta na tentativa de baixar este índice. E com um dos itens essenciais da Reforma, a ampliação do ensino primário a todas as escolas, em todos os lugares e para todas as pessoas, de forma gratuita, foi o ponto culminante para a proliferação/progresso da educação carioca.

Ainda como um dos objetivos da Reforma, o ensino profissionalizante teve seu enquadramento e valorização no setor educacional, levando o acesso a uma profissão a toda a população carioca, independente de classe social. Por isso a lema "A Escola do Trabalho", pois dava a oportunidade de meninos e meninas desenvolverem uma profissão dentro da escola, e ao saírem dela terem oportunidade da entrada imediata no mercado de trabalho, produzindo com isso um progresso na sociedade carioca.

Um dos marcos fundamentais da Reforma da Instrução que se fazem presentes até hoje em nossa sociedade foi a construção de novos edifícios escolares. Pelas pesquisas e análises feitas por Fernando de Azevedo, havia no Rio de Janeiro um número muito baixo de escolas. Seus próprios críticos denunciavam-lhe nos jornais do período que era impossível haver uma educação para todos, se não houvesse escola para todos. Então, como forma de extirpar tal déficit de estruturas escolares, Azevedo concluiu no seu período de administração cerca de nove escolas e anexos. Essas estruturas escolares eram voltadas e aprimoradas para todas as necessidades que faziam parte da formação dos alunos, tais como consultório dentário, quadras esportivas, laboratórios, salas para exposição e oficinas, biblioteca, refeitório, ambientes naturais, farmácia (ambiente médico), museus, entre outros.

A Escola Nova foi uma aplicação prática da reforma de ensino que teve suas remodelações dinâmicas voltadas para a aprendizagem do aluno e o social que se inspirou nas doutrinas modernas, tentando levar às mais profundas camadas do ensino os ideais de renovação que a reforma nos mostrou. Ela tem como base ser uma escola única e para todos, mostrando em nível teórico igualar as diversidades sociais, sendo apresentada, então, uma nova teoria educacional representada pelo escolanovismo.

A preocupação crescente com a expansão da instrução pública pelas Reformas de Instrução elaboradas para o Distrito Federal, na década de 1920, demonstrava a necessidade de se conferir à escola um lugar central no processo de intervenção na

cidade e no meio social, sendo possível por intermédio da utilização de instituições auxiliares ao professor, bem como das instituições visando assistir as crianças pobres. (...) As Reformas de Instrução ao proporem a estruturação de determinados conteúdos, métodos de ensino e de práticas educativas nas escolas, pretenderam configurar uma nova cultura escolar estabelecendo, por conseguinte, um novo padrão de infância moldada aos princípios de higiene e aos referenciais científicos (CAMARA, 2006, pp. 140,147).

Em meio ao espírito modernizador e às ondas do escolanovismo que se espalharam por muitos países, foi desenvolvida uma nova didática, que alterou o funcionamento do ensino/aprendizagem, agora não mais nos parâmetros tradicionais, mas sim nos progressivos. O ponto de partida para esta nova didática é sempre a observação e a experimentação: o aluno aprende a observar e logo a experimentar. Seus métodos curriculares foram também remodelados e adaptados aos novos ideais.

A Escola Nova veio para remodelar e reformar a educação carioca, para que ela acompanhasse as mudanças e avanços da cidade, de nossa civilização, com o intuito de preparar a mentalidade moral das novas ordens sociais. Podemos dizer que a sociedade almejava esses avanços sociais e ansiava por alguma mudança na educação, pois apenas a decoreba, utilizada no modelo tradicional da escola, não influenciava a vida e nem a mentalidade do futuro cidadão. Desejava então uma aprendizagem que pudesse ser útil ao seu cotidiano. Uma aprendizagem que dependesse de situações reais de experiências para poder praticar, portanto não se aprende aquilo que não se pratica. Torna-se assim a escola um centro que prepara o aluno para viver.

O intuito da Escola Nova é formar alunos ativos e empenhados em suas aprendizagens, e para isto é necessário que ela decorra do interesse do aluno, reconstruindo as experiências deles, pois este é o real fenômeno educativo. Os alunos têm o interesse de aprender quando há um processo ativo, carregados de emoção e de vontade, de um valor único e individual, com significação para si e para a sociedade.

Logo de imediato, o Estado interferiu na reestruturação das avenidas centrais do Rio de Janeiro, nas edificações arquitetônicas dos edifícios escolares, museus, teatro, enfim, nos patrimônios pertencentes a ele e de grande importância para a cidade. Entretanto, percebeu-se a necessidade de atuar e modificar o “interior” da sociedade, buscando “práticas de sociabilidade” (SILVA, 2008, p. 4) que pudessem incentivar a cooperação dos cidadãos, tendo como tal objetivo a melhoria da cidade e o auxílio no processo de modernização. É nesta perspectiva que o Estado insere a escola.

Para que ocorresse a intervenção social, o Estado recorreu como “medida de investimento” à educação primária, na qual articulava primordialmente aos princípios de

higiene, disciplina, comportamento, trabalho, entre outros. Esses investimentos se objetivavam na “(re)construção e organização do espaço público” (SILVA, 2008, p. 5). Tais medidas de cunho ideológico implantavam a educação primária, a escola de um modo geral, como sendo a modalidade particular que contribuiria para a transformação de seus habitantes, por meio da intervenção da família, comunidade etc.

A escola passou a ser um equipamento urbano, impregnando a cultura urbana no espaço escolar. “Buscou fazer da escola pública uma instituição relacionada aos modos de se viver na cidade-capital” (SILVA, 2008, p. 7). Tais iniciativas levaram para o âmbito escolar a ideia de “boa educação: civilidade, cortesia, respeito, tolerância, abdicação dos interesses pessoais frente aos coletivos” (2008, *passim*), fazendo dela uma das primordiais estratégias para via de controle e mudança do Estado.

Com a descoberta de que a família não era qualificada pelos ditos científicos para educar e instruir, principalmente quando focamos no período da modernização carioca, o Estado, junto com a sociedade, transmitiu este dever à escola, tendo ela agora, pelas atribuições dos próprios pais de fornecer valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, enfim, de educar por completo. Ao nos referirmos a esta transmissão dos papéis da família para a escola, nos remetemos ao contexto histórico em que a família estava enclausurada, pois com o avanço da industrialização e do capitalismo os pais tinham que trabalhar, não se dedicando tanto quanto deveriam ao seu lar, levando seu papel de educar para a escola.

Algumas Considerações

Ao investir esforços numa operação historiográfica acerca da instituição familiar na Reforma Fernando de Azevedo, tendo como alvo o progresso do Distrito Federal nas décadas de 1920 a 1930, procuramos entender o real objetivo de implantar iniciativas curriculares nas escolas que fossem remodelar o papel da família na sociedade carioca. Questionamos outras possibilidades de leitura em meio à ação dos educadores enveredados nas discussões e análises de como formar futuros cidadãos em pessoas enquadradas com as descobertas científicas da época, a respeito da higiene, boas condutas éticas, morais e sociais, tendo como base de nossa análise a família, constituída ao longo de nossa história como uma instituição nata de ser uma agente educadora em nossa sociedade.

Em um universo relacional como o carioca, onde é difícil conceituar objetivamente as posições e os papéis de cada componente da família, seus espaços entre a casa, a rua e o outro mundo, suas funções e seus posicionamentos no recorte temporal dado à pesquisa, visto que

são dinâmicos e efêmeros, tentamos reconstruir por meio de um dos seus paradigmas, o educador, a esfera de ações e significados sociais que tentaram forjar as funções da família e de cada membro pertencente a ela, com o intuito de reconstruir/remodelar a população em novos modelos e conceitos educacionais, conhecido na prática como Escola Nova.

Sob o signo da crença do progresso de civilidade e civilização, a Reforma permeou marcos na construção de uma nova lógica de pensamentos centrados na reorganização do espaço e da prática escolar, visando a um reflexo na futura sociedade, formada na reafirmação de um novo parâmetro educacional, enveredadas sobre as críticas estéticas, morais, éticas, higiênicas, filosóficas, psicológicas, sociológicas, físicas, etc., na tentativa de atribuir ao sujeito uma nova identidade forjada neste novo arranjo baseado no cientificismo.

Fernando de Azevedo, com o intuito de fortalecer o ideário nacionalista, com o discurso modernizador, visto como essencial na construção de uma identidade e integração nacional, se fez necessário quando tentou superar as diferenças que formavam o país, tentando organizar e entender a sua cultura. Ao efetivar seu projeto remodelador/reformador da educação no Distrito Federal em 1928, Azevedo instituiu a formação de valores úteis à sociedade, assim como a valorização técnica do homem, por meio de novos hábitos voltados para o trabalho, higiene, relações humanas e com a natureza, e a valorização da nacionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

AZEVEDO, Fernando. A Nova Política de Edificações Escolares. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública, janeiro/março, 1930.

BRASIL, **Código Civil**. 1 de janeiro 1916.

CAMARA, Sônia. Dissertação de Mestrado – **Reinventando a Escola: O Ensino Profissional Feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Niterói: 1997.

_____. A Constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, número 8, julho/dezembro de 2004.

_____. Reformas Educacionais no Brasil: A experiência escolanovista no Distrito Federal durante os anos 20 e 30. In: FIGUEIREDO, Haydeé da Graça Ferreira de. (Org.) **Voices da Educação: 500 anos de Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2004b.

_____. Tese de Doutorado – **Sob a guarda da república: A Infância Menorizada no Distrito Federal da década de 1920**. São Paulo: 2006.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Angela. (Org.) **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FILHO, Lourenço M.B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo. **Lições de Casa, discursos pedagógicos destinados à família no Brasil**. Belo Horizonte: Faperj, 2007.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo: Educação e Transformação**. São Paulo. Editora Perspectiva S. A., 1987.

PERROT, Michelle. A Família Triunfante. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4. ed., 1993.

SILVA, José Cláudia Sooma. **Remodelação Urbana e Reconfiguração da Educação Primária na Capital: sobre a inventividade de estratégias nos anos 1920**. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, junho de 2008. Disponível em: <web.letras.up.pt7/albheporto/trabalhos_finais/eixo1/IA775.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2009.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (Org.) **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

XAVIER, Libânia Nacif; FREIRE, Américo. **Educação e Política na Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)**. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/tema4/0484.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2009.